

Pesquisa do CESeC aponta indiferença de moradores de favelas em relação às UPPs: “não melhorou, nem piorou”

Para grande parte dos moradores, implantação de UPPs não modificou em nada o seu cotidiano. Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) mostra que, ao serem indagados sobre aspectos tanto positivos quanto negativos da ocupação, entre 55% e 68% dos moradores responderam que a presença da UPP “não faz diferença”. Percepções variam conforme tamanho e local da UPP e grupo entrevistado: jovens são os mais críticos à atuação dos policiais nas favelas

Às vésperas de completar 10 anos de sua implantação, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) vivem um momento de grande descrédito: a sensação de que as ações foram projetadas para durar até os Jogos Olímpicos parece se confirmar e a política do confronto, reforçada pela retórica de “guerra às drogas”, volta a ser a tônica da segurança pública no Rio de Janeiro.

É neste contexto de aumento tanto da criminalidade violenta quanto do número de homicídios praticados pela polícia (já se fala em retorno aos anos 90 quando as taxas de violência letal atingiram seu ápice) que acontece a divulgação da quarta e última rodada de pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) sobre a experiência das UPPs em favelas do Rio de Janeiro.

Nesta rodada foram consideradas as percepções dos moradores de todos os 37 territórios com UPPs da cidade do Rio - os demais levantamentos (realizados em 2010, 2012 e 2014) ouviram a opinião dos policiais que atuam nessas áreas, além de terem sido feitas abordagens específicas sobre questões de gênero e mediação de conflito nesses locais.

O aspecto que mais chama a atenção nesse cenário é a percepção, presente em diferentes contextos e perguntas, de que os impactos positivos gerados pelas UPPs parecem ser muito baixos para a maioria dos moradores dos territórios onde as unidades foram implantadas.

Foram apontados três momentos aos entrevistados: antes da entrada da UPP, no início da UPP e “agora” (período da pesquisa). Perguntados sobre em qual desses momentos aspectos positivos e negativos foram mais frequentes, os moradores responderam majoritariamente (entre 55% e 68%) “não faz diferença”.

Entre os aspectos *positivos* apontados estavam acesso a serviços públicos e privados, obras de infraestrutura, projetos sociais, oportunidades de trabalho e liberdade de ir e vir. Entre os aspectos *negativos*, estavam aumento dos alugueis, êxodo de moradores, tiroteios, mortes, desaparecimentos, roubos, furtos e estupros – todas questões diretamente relacionadas ao cotidiano dos moradores.

Ao lado desse dado, cerca de metade dos moradores ouvidos (49%) acha que a UPP local não vem melhorando nem piorando desde a sua instalação – o que mais uma vez reitera a impressão de indiferença, desconhecimento ou baixa percepção dos impactos do programa numa parcela considerável dos moradores das favelas.

“Parte desta sensação já havia sido detectada nas pesquisas anteriores. Desde então temos chamado a atenção para problemas e apontado caminhos para que as UPPs retomem e aprimorem o seu conceito original”, aponta uma das coordenadoras da pesquisa, Leonarda Musumeci. “Infelizmente, pouco ou nada foi feito neste sentido. Ao contrário, o que temos visto é o fortalecimento da política truculenta de “guerra às drogas”, diz.

Entre as mudanças necessárias, a pesquisadora aponta o aprofundamento da ideia de polícia de proximidade – em contraponto à lógica bélica – e a consideração dos moradores como atores e interlocutores das políticas públicas implementadas nas favelas.

No ponto: segurança pública nas favelas

A uma pergunta aberta sobre quais as *piores* coisas de se morar em comunidades, os moradores mencionaram com mais frequência falta de infraestrutura e de serviços urbanos (40%), seguida de violência, insegurança, confrontos e tiroteios (32%) – justamente os dois aspectos da vida nas favelas que a chamada “pacificação” prometia melhorar.

No que diz respeito ao primeiro ponto, foi feita a pergunta se os entrevistados se sentiam mais seguros na comunidade *antes* da entrada da UPP, *logo no início* da UPP, *agora* (no momento da pesquisa) ou se não fazia diferença. Mais uma vez, a última opção obteve maior número de adesões (44%).

Os percentuais para *antes* da UPP (16,8%) e para *agora* (22,1%) superaram o da resposta “no início da UPP” (14,7%) – mostrando o descompasso com a percepção externa à favela de que a “pacificação”, num primeiro momento, produziu grande impacto positivo na segurança dos moradores.

Em outra pergunta, cerca de metade dos moradores afirmou que os tiroteios ocorrem com mais frequência *agora* do que antes ou no início da UPP. Ou seja, se grande parcela não percebe mudanças no tempo quando a pergunta focaliza uma sensação geral de segurança, a insegurança provocada especificamente pelos tiroteios parece

ser muito palpável no momento atual.

Ao mesmo tempo, percebe-se um grande distanciamento do conceito de polícia de proximidade, não só pelo alto número de abordagens com revista corporal – sobretudo de jovens negros do sexo masculino – mas também pelo grande índice de pessoas que souberam (direta ou indiretamente) de situações em que os policiais da UPP xingaram ou humilharam moradores da comunidade (38%).

Ao lado disso, destaca-se a informação de que um número bastante alto de moradores declarou que nem ele nem alguém de sua família teve contato direto com policiais das UPPs em situações do dia-a-dia como pedir informação (96%) ou ajuda para parto ou doença (95,8%).

“Durante muito tempo a avaliação sobre o sucesso das UPPs se concentrou no controle dos territórios, redução da violência letal e diminuição dos tiroteios, deixando em segundo plano a necessária reforma institucional da polícia”, avalia a pesquisadora.

Experiências heterogêneas

As opiniões, no entanto, variam bastante quando são consideradas características dos indivíduos e das comunidades e certas experiências diretas com a polícia. Desta forma, foram observados que:

- Quanto mais jovem o(a) morador(a), menor a chance de que admita benefícios da UPP e maior a de que aponte malefícios;
- Pessoas que sofreram abordagens ou tiveram a casa revistada nos últimos 12 meses antes da pesquisa negam benefícios e apontam malefícios em proporções muito superiores às que não passaram por essas experiências;
- Moradores de pequenas UPPs enxergam benefícios em proporção bem maior (42% a 29%) e malefícios em proporção bem menor (22 a 45%) do que moradores de UPPs grandes;
- Existem diferenças significativas entre UPPs de distintas regiões da cidade: moradores da Zona Centro/Sul são os que mais afirmam que a UPP *trouxe benefícios* (48%) e os da Zona Oeste, os que menos acreditam nisso (23%)
- Moradores da zona Oeste, ao contrário, acham que a UPP trouxe *problemas* em proporção muito maior que os da região Centro/Sul (45% contra 18%).

O que se percebe é que o programa tem funcionado bem melhor nas áreas “nobres” do Rio, onde se registrou uma parcela mais baixa de pessoas abordadas repetidamente; maior percepção de impactos positivos da UPP sobre a economia local; sensação de segurança maior e melhor avaliação dos policiais.

“Em outras palavras, os resultados da pesquisa parecem refletir a costumeira desigualdade de tratamento do poder público às regiões mais ricas e mais pobres do município”, afirma Musumeci.

UPP fica ou sai?

Surpreendentemente, nem o medo dos tiroteios, nem as críticas ou a indiferença em relação à presença das UPPs se traduzem num desejo predominante dos moradores de que elas saiam das comunidades. Na verdade a maioria (quase 60%) prefere que as UPPs continuem, porém com modificações.

Mulheres são mais favoráveis à permanência do que os homens (66 a 58%) e brancos, mais do que negros (70 a 61%). Tamanho e localização geográfica das favelas também influenciam nessa postura: moradores de unidades pequenas apoiam a permanência da UPP numa proporção superior em quase 24 pontos percentuais à dos habitantes de unidades grandes. E moradores do Centro e da Zona Sul, numa proporção que supera a dos moradores da Zona Oeste em quase 33 pontos percentuais.

Entre as modificações necessárias para a permanência das UPPs e apoiadas pelos moradores estão: fim das incursões violentas da polícia e dos tiroteios; melhor treinamento dos policiais para que lidem de forma respeitosa com a população; punição dos desvios cometidos pelos agentes; melhores condições de trabalho para os policiais; mais efetividade no controle dos criminosos e a tão prometida oferta de outros serviços públicos além do policiamento. Cerca de 79% dos entrevistados afirmaram que uma das medidas que ajudariam muito a melhorar o desempenho da UPP seria a punição aos maus policiais.

“A maioria dos moradores quer a permanência da UPP, mas não de forma incondicional, e sim com profundas correções de rumo. Ou seja, o que eles parecem desejar nada mais é do que a retomada do projeto original das UPPs”, finaliza Leonarda Musumeci.

Sobre a pesquisa

De 8 de agosto a 25 de outubro de 2016 aplicou-se um questionário de 56 perguntas a uma amostra domiciliar aleatória de 2.479 pessoas com 16 anos ou mais de idade, estatisticamente representativa da população dessa faixa etária residente nos 37 territórios com UPP do município do Rio de Janeiro.

O universo considerado – 777.506 homens e mulheres – corresponde a cerca de 15% da população carioca com 16 anos ou mais, segundo o último Censo do IBGE. A margem de erro amostral é de 4%, com nível de confiança de 95,5%. A equipe que realizou o levantamento amostral, composta de nove pesquisadores e uma supervisora, percorreu 310 setores censitários em 118 diferentes favelas.

Houve ainda um grupo focal composto de nove jovens (até 35 anos de idade), moradores de diferentes favelas com UPP, com o objetivo de testar o entendimento e a adequação das perguntas do questionário que seria aplicado no campo e buscar novos subsídios para aperfeiçoar o instrumento de coleta.

Os resultados completos do estudo estão disponíveis no site <http://www.ucamcesec.com.br>.

pautapositiva
c o m u n i c a ç ã o

Assessoria de imprensa

Luciana Bento – (21) 98103.7215
lucianabento@pautapositiva.com.br

Lilian Dias – (21) 98389.8240
liliandias903@gmail.com